



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO

REUNÃO DE PLANIFICAÇÃO 2010

AIDE-MÉMOIRE

16 de Dezembro 2010

ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS	3
I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO	4
II. PROGRESSO NOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs	7
III. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DO ESTADO 2011	9
IV. INDICADORES E METAS 2011.....	11
V. ESTUDOS ANALÍTICOS, ANÁLISES e NOTAS A SEREM REALIZADOS CONJUNTAMENTE ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS EM 2011	13
ANEXOS:	15

16.12.2010

LISTA DE ACRÓNIMOS

AOD	Apoio Oficial ao Desenvolvimento
AM	Aide Memoire
BdPES	Balanço do Plano Económico Social
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CNCS	Conselho Nacional do Combate ao Sida
CUT	Conta Único do Tesouro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GdM	Governo de Moçambique
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
IOF	Inquérito de Orçamento dos Familiares
MdE	Memorando de Entendimento
MTs	Meticais
AOD	Apoio Oficial ao Desenvolvimento
OE	Orçamento de Estado
PAFCoG	Performance Assessment Framework Coordination Group
PAMS	Poverty Analysis and Monitoring Systems
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PAPA	Plano de Produção de Alimentos
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PEFA	Public Expenditure Financial Audit (Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira)
PES	Plano Económico Social
PETS	Public Expenditure Tracking Survey (Pesquisa e Localização de Despesas Públicas)
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parcerias Públicos Privadas
PRONASAR	Programa Nacional de Agua e Saneamento Rural
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PSI	Policy Support Instrument (Instrumento de Apoio a Políticas)
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
RA	Revisão Anual
REO	Relatório de Execução Orçamental
RP-QAD	Reunião de Planificação do Quadro Avaliação do Desempenho
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma do Sector Público
UGEA	Unidade Gestora de Aquisições

Reunião de Planificação do QAD 2010**Aide Memoire****I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO**

1. O Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) reuniram-se no dia 16 de Dezembro de 2010, para concluir a Reunião da Planificação do QAD 2011 (RP-QAD). De acordo com o Memorando de Entendimento (MdE) assinado em Março de 2009 e os Termos de Referência, a Reunião da Planificação do QAD tem como objectivo principal acordar indicadores e metas para o ano 2011, e propor as metas indicativas para os anos subsequentes de 2012 e 2013 respectivamente, para os Quadros de Avaliação do Desempenho (QAD) do Governo e dos PAPs, incluindo Notas Técnicas para cada indicador. Um outro objectivo é apresentar os progressos registados em relação aos assuntos de atenção especial saídos da Reunião Anual (RA) de 2010.
2. O novo Governo tomou posse em Janeiro de 2010. O Programa Quinquenal do Governo (PQG) foi aprovado em Abril e o processo da elaboração do Plano de Acção para a Redução de Pobreza (PARP) iniciou em Julho do mesmo ano. A 3ª Avaliação Nacional da Pobreza foi finalizada em Outubro de 2010. A sucessão dos diferentes processos levou as partes a acordarem um novo calendário para a conclusão do PARP 2011-2014 até Março de 2011, com vista a permitir maior participação, diálogo, planificação intersectorial e o aprofundamento dos assuntos definidos na secção V deste *Aide-Memoire*.
3. De acordo com o MdE, a Reunião de Planificação (RP) decorre normalmente em Setembro de cada ano antes de submissão das propostas do Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) a Assembleia da República. Contudo, neste ano, o processo da RP decorreu entre fins de Novembro e meados de Dezembro de 2010, com base no acordado entre ambas partes, o que implicou que o mesmo não ficasse alinhado com o ciclo de planificação. Em consequência disso, a matriz do QAD e as notas técnicas de 2011 serão finalizadas em Março do próximo ano. Ficou igualmente acordado que alguns indicadores e metas do QAD serão redefinidos durante a Reunião Anual (RA) de 2011, em função da conclusão do PARP. Os indicadores e metas para 2012-13 serão definidos durante a reunião de planificação 2011, em função da finalização e aprovação do PARP 2011-2014.
4. O PARP 2011-2014 vai adoptar 3 objectivos prioritários nomeadamente, Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira, Promoção de Emprego e Desenvolvimento Humano e Social e duas áreas estratégicas, Macroeconomia e Governação, que vão nortear o crescimento inclusivo e a redução da pobreza. A estrutura do QAD reflecte esta nova

abordagem que permite visualizar de forma explícita os efeitos das políticas para o alcance dos objectivos prioritários.

5. Durante o processo da RP foi confirmada a matriz do QAD do Governo, incluindo indicadores e metas para 2011, na base da nova abordagem do PARP 2011-2014 e das estratégias dos sectores. Esta matriz tem um carácter transitório, em termos do seu alinhamento com o PARP. Considerando a Declaração de Paris, com base na qual foi definido o QAD dos PAP's, e que termina em 2010, concordou-se pela extensão das metas do QAD dos PAP's de 2010 para 2011. O anexo, contendo as Notas Técnicas dos indicadores dos QAD's para 2011, foi também acordado, ficando algumas Notas por concluir até à RA.
6. Com base nos documentos de monitoria do Governo (Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução do Orçamento (REO) para o primeiro semestre), foi feita uma análise do progresso dos “Assuntos de Atenção Especial”, levantados durante a Revisão Anual de 2010.
7. Durante a RP foi acordada uma lista dos principais estudos e análises, e definidos aqueles, essenciais, relacionados com as áreas de aprofundamento do PARP, que serão finalizadas até ao fim de Março de 2011. Finalmente, elaborou-se a proposta de seguimento do processo das Auditorias de Desempenho.
8. A RP decorreu num contexto em que o nível de crescimento económico se tem mantido robusto. No entanto gestão macroeconómica enfrenta desafios importantes como a aceleração significativa da inflação e a acentuada depreciação do Metical verificada até ao fim do terceiro trimestre de 2010.
9. Não obstante a crise económica global, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia registou um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 8,5%, até o terceiro trimestre de 2010 (aumento em 2,3 pontos percentuais relativamente ao mesmo período em 2009), resultante principalmente da contribuição da produção da agricultura e dos sectores do comércio, serviços de reparação, indústria transformadora, transportes e comunicações.
10. Até Novembro, a inflação acumulada e média móvel de 12 meses situou-se em 12,7% e 11,66% respectivamente, níveis muito acima dos observados em igual período de 2009. Isto deve-se essencialmente à subida de preços dos alimentos e dos combustíveis. A acentuada depreciação do Metical contribuiu para a pressão inflacionária e, a execução da política monetária foi contraída para fazer face a esta pressão e garantir a manutenção da estabilidade Macroeconómica, tendo-se reflectido no aumento das taxas de juro. A Política Fiscal foi definida no contexto da necessidade de maior mobilização de receitas internas, com vista à manutenção da sustentabilidade da dívida e controle da inflação. Com efeito, observou-se um forte desempenho das receitas e a execução prudente da despesa, para compensar despesas adicionais com as medidas para atenuar o custo de vida.
11. As previsões do Governo para 2011 indicam um crescimento do PIB de cerca de 7,2%, a manutenção da estabilidade macro-económica com o recuo da inflação média anual para 8%.

As receitas internas deverão crescer em cerca de 1% do PIB e a política monetária e fiscal continuará a ter uma orientação de contracção em 2011. No contexto de um orçamento mais prudente, será observada uma redução nas despesas de bens e serviços, o que resultará numa redução do nível do crédito interno. O deficit da conta corrente externa (após donativos) deverá situar-se em torno dos 12% do PIB. A procura de importação relacionada com a necessidade de investimentos públicos e privados no país será compensada pela recuperação das receitas de exportação.

12. No decurso da RP foi realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a primeira revisão do novo PSI (Instrumento de Apoio a Políticas), com o objectivo de proceder a uma avaliação do programa em Moçambique que foi aprovado pelo conselho administrativo do FMI em princípios de Dezembro de 2010 com a avaliação global positiva do desempenho macroeconómico. Neste contexto, a equipa de revisão conjuntamente com as autoridades moçambicanas, avaliaram a situação e as perspectivas macroeconómicas, o desempenho monetário e fiscal até 2010, a proposta de Orçamento 2011 e discutiram as políticas macroeconómicas e estruturais para 2011 que serão levadas a cabo no contexto do programa. Atenção particular foi dada a políticas macroeconómicas necessárias para controlar a inflação no curto prazo e a reformas necessárias para sustentar um crescimento económico inclusivo em níveis elevados a médio prazo.
13. O processo envolveu mais de vinte e nove Grupos de Trabalho tradicionais, incluindo os grupos estabelecidos no âmbito do PARP. Estes grupos são, constituídos por representantes do Governo, Parceiros de Cooperação e Sociedade Civil. A análise foi feita ao nível dos Grupos de Trabalho e dos pilares, e concluída, ao nível técnico, na reunião do *Performance Assessment Framework Coordination Group* (PAFCoG) realizada no dia 14 de Dezembro de 2010.
14. O presente Aide Memoire inclui os seguintes anexos: a matriz transitória do QAD do Governo para 2011 (Anexo I); A matriz do QAD dos PAP para 2011 (Anexo II); As Notas Técnicas do QAD do Governo (Anexo III); As Notas Técnicas do QAD dos PAP's (Anexo IV); Os Relatórios dos Pilares (Anexo V); O Relatório de Auditoria de Desempenho (Anexo VI), A lista dos documentos de referência (Anexo VII); Os TdR da RP-QAD, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho (Anexo VIII).
15. No contexto do processo da Reunião de Planificação do QAD, realizou-se a reunião a nível Político (Diálogo Político), no dia 16 de Dezembro. A par dos assuntos analisados, o Governo reafirmou o seu comprometimento em dar seguimento, entre outros assuntos, à integração de componentes prioritárias que conduzam a redução da pobreza na Estratégia em elaboração (PARP) e conseqüente orçamentação de programas orientados à redução da pobreza; as acções com vista a assegurar o progresso na área de governação; o reforço ao combate a corrupção; o reforço da transparência no acesso e exploração de recursos naturais; a continuação de implementação de acções para a melhoria, cada vez mais, do clima de negócios, o apoio a Pequenas e Medias Empresas com potencial para criação de emprego, a atracção do investimento privado e a implementação do Plano de Acção do MARP. Igualmente, os PAP's, manifestaram o seu comprometimento que, não obstante a crise económica global, continuarão com os compromissos orçamentais para 2011 e reforçarão a previsibilidade dos fluxos orçamentais, incluindo o apoio sectorial e de projectos. Por último,

o encontro do diálogo político procedeu a adopção do Aide Memoire da Reunião de Planificação do QAD e o respectivo encerramento do processo.

II. PROGRESSO NOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs

16. Os assuntos de atenção especial da Revisão Anual de 2010 na área económica reflectem a preocupação conjunta de garantir uma análise aprofundada da dinâmica da pobreza em Moçambique, visando orientar a definição de políticas eficazes de modo a assegurar um crescimento económico sustentável e inclusivo, através da criação e expansão de emprego, o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a maximização dos benefícios do investimento público

Governo

17. Os resultados da 3ª avaliação da pobreza revelaram que embora tenha havido avanços significativos durante os últimos 6 anos no âmbito do acesso a serviços sociais, expansão de infra-estruturas e crescimento económico, os níveis de pobreza continuam elevados mostrando que se mantêm constantes os índices de incidência da pobreza, tendo variado de 54,1%, em 2003 para 54,7%, em 2009. Particularmente, nas áreas rurais, estes resultados revelam que os avanços no crescimento económico tiveram impactos limitados nos níveis de consumo. Por outro lado, também se destaca a incapacidade de grupos mais vulneráveis de fazer face a choques externos.

18. A RP notou que o PARP 2011-14 concentrará os esforços para responder aos objectivos de crescimento inclusivo e de base alargada, centrando-se no aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira, promoção do emprego e do desenvolvimento humano e social. A extensão do processo de elaboração do PARP até Março visa um maior aprofundamento de políticas e estratégias e ligações intersectoriais. A nova abordagem é um desafio, sendo importante reflecti-la nos instrumentos de planificação, no PES e no seu relatório de balanço assim como nos orçamentos anuais.

19. O OE 2011 e o CFPM 2011-13 continuam a dar uma grande importância ao investimento em infra-estruturas públicas, como factor catalisador do desenvolvimento, reflectida no aumento contínuo do seu peso no total da despesa e em relação a outros sectores prioritários. Ambos instrumentos de planificação enfatizam projectos de investimento de grande escala, mas os mecanismos de financiamento merecem melhor análise. A possibilidade do seu financiamento com recurso a crédito não concessional ou através de Parcerias Publico Privadas (PPP), requer uma maior atenção sobre os mecanismos para assegurar o desenvolvimento e fortalecimento das devidas precauções e instrumentos para o uso destas formas de financiamento com prudência, garantindo o valor económico e produtividade dos investimentos, a minimização dos riscos fiscais e a garantia de transparência e prestação de contas.

20. Relativamente aos outros assuntos destaca-se que o Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS) está a trabalhar com os sectores no desenvolvimento de Planos Operacionais Sectoriais, que consistem na integração das direcções estratégicas do Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA III nas acções e mandatos dos vários sectores, assegurando assim a transversalidade no tratamento das matérias ligadas ao HIV/SIDA.
21. Relativamente ao impacto orçamental da política salarial, a RP notou progressos na disponibilização de informação. Contudo, a transparência na composição da linha orçamental para salários, assim como a informação quantitativa sobre os funcionários deverão ser melhoradas. O compromisso do Governo para o maior uso do e-SISTAFE e do e-CAF assegura maior clareza e informação actualizada. O aumento da conta dos salários em proporção à despesa total no orçamento de 2010 e 2011, levará a necessidade de monitoria da sua sustentabilidade num contexto macroeconómico e fiscal.
22. No que se refere ao fortalecimento do sistema de *procurement*, a RP notou a necessidade de se imprimirem mais esforços nas acções de capacitação das Unidades Gestoras de Aquisições (UGEAs), para melhorar a implementação do processo de contratações públicas, recorrendo ao processo normal de contratação.
23. A disponibilidade atempada de informação estatística e analítica é crucial para o alinhamento com o ciclo de planificação e para o seu uso efectivo na elaboração de políticas e sua monitoria. Todavia, a disponibilização tardia dos resultados do IOF e de outros inquéritos ainda constitui uma preocupação tendo em conta o desfasamento entre estes e o ciclo de planificação. A RP notou a necessidade de assegurar um melhor alinhamento entre o Plano Estratégico do Instituto Nacional de Estatística (INE) e o ciclo de Planificação.
24. A estratégia do Governo no que concerne à descentralização, consiste na desconcentração gradual do Orçamento, em função das condições existentes a nível local. A despesa social per capita é só um indicador mas não é o único critério, dado que a parte da despesa de investimento relativa a projectos com implementação a nível distrital e provincial está contemplada no Orçamento Central.
25. A RP constatou um aumento significativo nas despesas correntes das províncias, distritos e municípios. Afiguram-se como desafios (i) a aprovação e implementação da política e estratégia de descentralização, (ii) a conclusão da revisão da LOLE, (iii) o fortalecimento da coordenação intersectorial em todas as abordagens de descentralização e desenvolvimento local, (iv) a integração da planificação territorial e sectorial, (v) a melhoria da eficácia e eficiência da gestão dos fundos descentralizados ao nível dos sectores, (vi) a continuação da capacitação dos órgãos locais do Estado, (vii) a implementação e monitoria dos processos administrativos, (viii) a aceleração do processo de transferência de competências e funções do Estado para as Autarquias, (ix) a capacitação institucional dos municípios, assim como a mobilização de recursos para a implementação das atribuições a elas acometidas e, finalmente (x) a conclusão da elaboração do programa de combate a pobreza urbana.

26. Uma recomendação chave do Relatório Independente sobre o Desempenho dos PAPs refere-se à liderança do Governo em relação ao processo de avaliação. Na perspectiva de se evitar duplicação e dados contraditórios, resultado de estudos diferentes, foi decidido conduzir-se paralelamente o Inquérito 2011 sobre as metas da Declaração de Paris e a avaliação do Desempenho dos PAPs 2011. Por outras palavras, ambos os questionários (Inquérito 2011 e Avaliação dos PAP's) serão conduzidos no mesmo momento e pelo mesmo consultor.
27. Quanto à necessidade de uma Política Nacional de Cooperação cuja implementação contribuirá para a coordenação da eficácia da ajuda, a Reunião de Planificação registou progressos: a Política Nacional de Cooperação Internacional foi publicada no BR de 30 de Agosto 2010 e contém uma Estratégia de implementação. O desafio para 2011 é de elaborar o Plano de Acção.

Parceiros do Apoio Programático

28. Quanto ao carácter programático e a previsibilidade da ajuda externa, a Reunião de Planificação reconhece os esforços para a melhoria da previsibilidade da ajuda externa e da sua incorporação e alinhamento com os sistemas nacionais. Todavia, a RP notou a necessidade de se fazer de forma conjunta e atempada, com todas as instituições nacionais envolvidas.
29. Se, por um lado, a ajuda programática tem estruturalmente garantido o cumprimento dos padrões requeridos de previsibilidade e alinhamento, o mesmo não é aplicável a projectos. Para além dos assuntos ligados ao uso da CUT, a RP notou a necessidade de se imprimir maior esforço na inscrição dos projectos no orçamento (on-budget), segundo os procedimentos e nos prazos estabelecidos pelos órgãos competentes.
30. Os projectos off-budget continuam sendo uma das áreas mais fracas de previsibilidade nas finanças públicas, podendo acabar por influenciar a alocação de recursos internos (menos recursos externos, mais internos e vice-versa). Quanto ao número de missões, não existe informação no momento da RP.
31. A análise da estrutura e do funcionamento dos grupos de trabalho já está em curso. Contudo, no âmbito da nova abordagem do PARP, a Reunião de Planificação reconhece a necessidade de um trabalho em conjunto após a Reunião Anual de 2011, com vista a se acordar uma nova arquitectura dos grupos de trabalho antes da Reunião de Planificação de 2011.

III. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DO ESTADO 2011

32. O PES e o OE 2011 foram submetidos à Assembleia de República em Setembro e aprovados em Dezembro de 2010, tendo os limites orçamentais sido definidos com base no Cenário Fiscal de Médio Prazo 2011-2013 (CFMP).

33. A proposta do OE foi disponibilizada on-line, o que facilitou a sua avaliação pelas partes interessadas. No entanto, acesso ao CFMP foi restrito. Todavia, é encorajador o facto de ONGs e a imprensa continuarem envolvidos na avaliação e discussão das propostas do OE, e se considera também bem-vindo o diálogo entre a Comissão Parlamentar do Orçamento e Organizações da Sociedade Civil. A avaliação recente da transparência orçamental pela *Open Budget Initiative* indicou que há espaço para melhorias.
34. Em resposta à crescente depreciação da moeda e da inflação em 2010, e com vista a reduzir o seu impacto, o governo iniciou um processo de contenção de despesa, visando a criação de espaço fiscal para uma série de medidas tomadas em 2010, para mitigação do aumento do custo de vida, mais focalizado nos pobres.
35. O orçamento para 2011 continua com o processo iniciado em 2010 de contenção das despesas, principalmente em bens e serviços, mas também no investimento interno. Ao mesmo tempo, a previsão de receitas para 2011 continua a mostrar uma tendência de aumento. Por outro lado, nota-se um contínuo aumento gradual das despesas com pessoal. Os parceiros subscrevem muitos dos objectivos da reforma e política salarial do governo, mas consideram também que o impacto fiscal deverá ser controlado para assegurar a sustentabilidade, bem como o equilíbrio adequado das despesas correntes e de investimento a médio prazo.
36. O impacto fiscal das medidas para atenuar o custo de vida tem sido até agora aparentemente muito limitado, dado que algumas delas ainda não entraram em vigor. Outras medidas não têm impacto directo sobre o Orçamento do Estado, mas podem influenciar as receitas de empresas de utilidades públicas e das autarquias. Está em curso uma avaliação do impacto social e distributivo dessas medidas, que deverão ser revistas pelo governo em finais de 2010. O subsídio para o preço da farinha de trigo e dos transportes continuarão em 2011.
37. O impacto fiscal total do subsídio aos combustíveis ainda precisa de ser determinado. Todavia, os PAP's consideram que tem sido significativo, limitando as possibilidades de medidas alternativas com maior impacto social nas camadas mais desfavorecidas da população.
38. A análise da tendência de alocação sectorial foi feita com base nas dotações por classificador orgânico e em informações contidas no documento de fundamentação do Orçamento. A evolução para uma abordagem de orçamentação programática já não permite a disponibilidade de informação, na base da classificação por "sectores prioritários", nem do classificador funcional.
39. As prioridades globais para 2011 permanecem as mesmas de 2010: infra-estruturas (principalmente estradas e electrificação), a despesa social (educação, saúde) e agricultura e desenvolvimento rural. Maior atenção é direccionada à área de desenvolvimento urbano, permanecendo o desafio de alocação de recursos.

40. As despesas com a Educação permanecem estáveis, mas o mesmo não se verifica com o orçamento da Saúde por redução do seu peso em relação à despesa total. A RP notou que um montante significativo de orçamento é atribuído ao Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), sendo contudo, difícil proceder a uma avaliação global sobre a dotação para a produção agrícola e o desenvolvimento rural, por estar dispersa em várias unidades orçamentais.
41. Está previsto para 2011 o início de projectos de investimento financiados por créditos não concessionais. Neste contexto, é de congratular o Governo pelo seu compromisso no programa com o FMI, para a tomada de algumas medidas relativas à gestão da dívida pública e prudência na selecção destes projectos de investimento.
42. O OE 2011 inclui uma mudança significativa na gestão das despesas correntes das províncias para os Distritos, particularmente na área da Educação e em menor escala na Saúde e outros sectores. Esta mudança no orçamento da Educação é da mesma ordem de grandeza para todos os distritos. Relativamente às diferenças na despesa pública per capita nas diferentes províncias, os PAP's consideram importante que o Governo continue a analisar as razões estruturais por forma a reduzir as assimetrias de alocação orçamental.

IV. INDICADORES E METAS 2011

43. Foi também acordado destacar os indicadores de 2010 cujas metas correm o risco de não serem atingidas:

Governo:

- a. Macroeconomia: os indicadores 3 e 4 respectivamente sobre o alinhamento entre a alocação no OE e no CFMP e sobre a realização do PETS na área de Saúde.
- b. Governação: no âmbito da Descentralização, os indicadores 11 referentes a percentagem de Conselhos Consultivos que funcionam de acordo com a LOLE; e na área da Justiça, os indicadores 14, 16 e 18 respectivamente sobre número de casos julgados por ano, o número de casos de corrupção e percentagem de processos crime esclarecidos respectivamente.
- c. Desenvolvimento Económico: indicador 33 sobre o número de novos hectares de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários
- d. Assuntos transversais: indicadores 37 sendo a % de mulheres grávidas HIV positivas que receberam medicamentos antiretrovirais, nos últimos 12 meses, com vista a reduzir o risco de transmissão vertical da mãe para o filho e o indicador 38 sobre o PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género.

Parceiros de Apoio Programático:

Baseado na experiência dos anos anteriores os seguintes indicadores:

- a. Indicador 5: Desembolso dos compromissos dentro do calendário acordado com o Governo.
- b. Indicador 10: Numero de PAP's sem excepção do Anexo 10.
- c. Indicador 12a: % de AOD que usando procedimentos nacionais para os relatórios financeiros.
- d. Indicador 16a: Número de missões.
- e. Indicador 19: Número de Unidade de Implementação de Projectos (PIU).

Em relação à matriz do QAD 2011 do GdM

44. Na reunião do PAFCoG de 14 de Dezembro de 2010 foram acordados os indicadores da matriz do QAD do Governo 2011 conforme o anexo I e III.

45. Durante a Reunião de Planificação, foi acordado rever, redefinir o aprofundar até Março de 2011 os seguintes indicadores de produto da matriz do QAD:

- a. Pobreza e vulnerabilidade: 2.a. Melhoria no Índice de segurança alimentar e nutrição;
- b. Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira: 3.1 - a quantidade de cereais produzidos, 3.2.a - Aumento anual do numero de comunidades com terra delimitada e certificada, 4.a – Número de tanques em terra de tilápia construídos e povoados com alevinos, 5.a Número de projectos e iniciativas (cumulativo) no âmbito de mitigação e adaptação a mudanças climáticas, 6.a Numero de Comitês Locais de gestão de risco funcionais os indicadores de resultado e as respectivas metas.
- c. Promoção do Emprego: 10.a Número cumulativo de clientes de Micro- finanças;
- d. Governação: 18.a. Número de instituições públicas fiscalizadas pela IGAE, 19.a. Expansão física e a incorporação de mais serviços nos BAUs em distritos estratégicos seleccionados e 22.2.a. Numero de casos de corrupção: (a) denunciados; (b) em investigação; (c.) I. acusados, II. Não acusados que aguardam produção de melhor prova, III. Arquivados; (d) Julgados;
- e. Macroeconomia: 28. Aumento de eficiência e eficácia da auditoria externa.

Em relação à matriz do QAD 2011 dos PAPs

46. A matriz do QAD para 2011 será estendida com base nos indicadores e metas de 2010 para 2011. Os indicadores para os anos subsequentes serão objecto de revisão na RA de 2011 e posteriormente acordados durante a Reunião de Planificação de 2011. O QAD dos Parceiros

consiste de uma matriz agregada que contém a informação acumulada dos PAP's e associados e de outra matriz individual que permite avaliar o desempenho individual dos PAP's (e associados).

V. ESTUDOS ANALÍTICOS, ANÁLISES e NOTAS A SEREM REALIZADOS CONJUNTAMENTE ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS EM 2011

Estudos e notas

47. A RP concordou que, para além dos estudos analíticos, serão levados a cabo outras análises e notas com vista a fundamentar o PARP e o processo de planificação, encorajando o trabalho intersectorial e um maior diálogo entre os diferentes intervenientes destes processos.

48. A terminar até Março de 2011 (e no âmbito do aprofundamento do PARP 2011-14), foram considerados os seguintes:

Objectivo 1 – Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira

i) Nota sobre o papel do Governo na promoção da produção e produtividade Agrária e oportunidades para parceria públicas privadas. (Governo)

Objectivo 2 – Promoção do Emprego

i) Nota sobre experiência de outros países com iniciativas de geração de emprego em particular na área de agro - processamento (Governo)

ii) Análise geral sobre os desafios mais relevantes em torno da indústria extractiva (Mega-projetos), considerando em particular os seus efeitos sobre a economia, potencial para interligação com aumento de emprego e crescimento de base alargada, potencial de "Dutch Disease"; (PAP's)

Áreas estratégicas Macro Economia e Governação:

i) Nota sobre a revisão de Literatura na Gestão de Recursos Naturais e a experiência de outros países. (Governo)

ii) Análise da natureza redistributiva da política fiscal: até que ponto as políticas tributárias e orçamental são ou não progressivas e o seu impacto e potencial para contribuir para o objectivo de crescimento, emprego e desenvolvimento de PME's. (PAP's)

49. Ao longo de 2011 serão finalizados os seguintes estudos no âmbito da Gestão Macroeconómica: i) Avaliação Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA), (já iniciada, para ser apresentada à Revisão Anual de 2011); ii) Estudo de Pesquisa e Localização de Despesas Públicas (PETS) no sector de Saúde. Ademais, no sector da Agricultura será concluído o estudo sobre avaliação do plano de produção de alimentos

(PAPA) e uma análise das determinantes da produtividade de agricultura. Na área de Reforma do Sector Público serão realizados os três estudos de avaliação: (1) impacto no fundo de pensões da integração do subsídio técnico no cálculo de pensão; (2) efeitos na despesa salarial da integração do subsídio técnico no salário de base e; (3) impacto da implementação do subsídio de localização.

50. Ao nível do objectivo do desenvolvimento humano e social destacam-se os seguintes estudos principais, a iniciar em 2011: Inquérito Demográfico de Saúde (IDS), Estudo de Base de Programa Nacional de Agua e Saneamento Rural (PRONASAR) sobre o uso da água e saneamento seguros e acesso ao nível da povoação; o “Mapeamento das Vulnerabilidades Sociais” e ainda o estudo de impacto de implementação do programa, sobre prevenção da estigmatização de PVHS e da infecção dolosa em Moçambique.

Auditorias de Desempenho

51. Em relação às auditorias de desempenho realizadas em 2010, destacam-se as auditorias do Sector Agrário, já concluída, e a do INGC ainda em curso.
52. Relativamente à auditoria ao Sector Agrário concluída em 2010, esta apresenta um conjunto de recomendações orientadas para a melhoria da sua gestão. A auditoria recomenda que a execução do PES e do orçamento do MINAG devem estar interligadas em termos físicos e monetários utilizando custos-padrão e indicadores de economia, eficiência e eficácia, para garantir uma gestão mais racional na organização.
53. A auditoria recomenda (1) interligar a execução física do PES com a execução financeira, (2) reforçar os sistemas de estatísticas agrárias e informação para gestão, (3) reforçar o sistema de controle interno das despesas e receitas, (4) garantir funcionamento de auditoria interna e externa.
54. Relativamente ao processo de realização de auditorias de desempenho, foi acordado que a partir de 2011 serão introduzidas melhorias na gestão do processo de planificação, realização e seguimento das mesmas, para evitar os atrasos e garantir um uso mais efectivo dos seus resultados. As melhorias cobrem um ciclo bianual de planificação e realização de cada auditoria, a formalização das recomendações e de um relatório da sua implementação, o reforço da capacidade institucional na IGF e a contratação de consultores, maior clarificação do papel e funções do task force, critérios de selecção do sujeito de auditoria e financiamento. Esta ainda em estudo a forma de uma possível disponibilização pública dos resultados da auditoria. Os detalhes sobre os aspectos acordados para o processo são apresentados no anexo VI.
55. A Reunião de Planificação concordou que a próxima auditoria de Desempenho será realizada na área de Acção Social sobre os programas de apoio aos idosos. A preparação da auditoria terá início em Janeiro 2011. O relatório final será apresentado na RA de 2012.

ANEXOS:

Anexo I: Matriz do QAD do GdM para 2011

Anexo II: Matriz do QAD dos PAP's para 2011

Anexo III: Notas Técnicas do QAD do Governo

Anexo IV: Notas Técnicas do QAD dos PAP's

Anexo V: Relatórios dos Pilares

Anexo VI: Relatório de Auditoria de Desempenho

Anexo VII: Lista dos documentos de referência

Anexo VIII: TdR da RP-QAD, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho